

A CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC

Danilma de Medeiros Silva

RESUMO

A pesquisa consistiu numa avaliação de processo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), a partir dos dados de implementação de 2011 a 2017. Buscou-se investigar o cumprimento dos objetivos e metas do Programa, como também elucidar as implicações dessa implementação. No tocante ao campo do objeto de estudo, o Pronatec foi situado nas políticas públicas, particularmente na política de educação profissional e, considerando o momento do atual desenvolvimento do Programa, também se utilizou a literatura acadêmica referente ao ensino médio. A partir dos dados de implementação do Pronatec, foi possível constatar que o Programa se direciona para assegurar a reprodução do sistema capitalista com base no economicismo e na concepção de educação centrada na formação fragmentada, em detrimento daquela que possibilita a formação omnilateral.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, PRONATEC, AVALIAÇÃO.

TITULO EM INGLÊS

ABSTRACT

The research consisted of a process evaluation of the National Program of Access to Technical Education and Employment (Pronatec), based on the implementation data from 2011 to 2017. It was sought to investigate the fulfillment of the objectives and goals of the Program, as well as to elucidate the implications of this implementation. Regarding the field of the object of study, Pronatec was placed in public policies, particularly in the politics of professional education and, considering the moment of the current development of the Program, was also used the academic literature referring to high school. From the data of implementation of Pronatec, it was possible to verify that the Program is directed to ensure the reproduction of the capitalist system based on economism and the conception of education centered on the fragmented formation, to the detriment of the one that makes possible the omnilateral formation.

KEYWORDS: PROFESSIONAL EDUCATION, PRONATEC, EVALUATION.

1 INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec). Tal Programa foi criado pela Lei nº 12.513, de outubro de 2011, com os objetivos, explícitos nos documentos oficiais, de: expandir e interiorizar a política de educação profissional e tecnológica no Brasil; estimular a articulação dessa política com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda; e ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores. Além desses objetivos, o Programa também se propôs oficialmente a melhorar a qualidade do ensino médio. Para cumprir esses objetivos, o Pronatec oferta cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FIC) e cursos técnicos concomitantes.

A problemática que permeia o estudo tem como ponto de partida a dualidade histórica que marca a política educacional brasileira, considerando que o Estado ofereceu diferentes modelos de educação a depender do grupo a que se destinou, a saber: formação técnica para os filhos da classe trabalhadora, com o intuito de garantir-lhes a sobrevivência e também para o atendimento à urgência do capital por força de trabalho barata, e continuidade dos estudos aos filhos da elite brasileira para, posteriormente, ocuparem os espaços de orientação e direção da sociedade (MOURA, 2007).

Essa dualidade é uma manifestação inerente ao modelo de produção capitalista e, nesse sentido, destaca-se o papel da educação para o desenvolvimento econômico (RAMOS, 2004). Registra-se, ao longo da história de educação brasileira, que essa dualidade permanece com maior ou menor intensidade em cada momento histórico, dependendo das correlações de forças em disputa na sociedade.

Ademais, de acordo com Kuenzer (2006), no Regime de acumulação flexível, há uma inversão da dualidade, pois, amplia-se o acesso da educação propedêutica para os filhos das classes populares. Esse avanço, entretanto, é revestido de caráter certificatório, sob a via da oferta precarizada. A autora apresenta também que a educação tecnológica de qualidade ofertada pela rede pública federal é, de modo geral, frequentada pelos jovens de classe média, que nela buscam uma alternativa de inclusão no mundo do trabalho, de continuidade dos estudos em nível superior e de ascensão social. Dito de outro modo, em linhas gerais, Kuenzer (2006) argumenta que para a reprodução do capital é necessário que a força de trabalho esteja qualificada de forma desigual, para ocupação de postos de trabalho distintos, enfatizando o papel fundamental dos cursos de baixa qualificação. Essas problematizações representam um olhar atual ao que foi teorizado por Marx (1975) acerca da divisão social do trabalho e de outros autores marxistas, a exemplo de Braverman (1977).

Além dos aspectos apresentados por Kuenzer (2006), outro ponto inquietante problematizado na pesquisa é a forma como o Estado Capitalista tem sua preocupação em políticas públicas voltadas para legitimação, garantindo alguns serviços aos fragmentos da classe trabalhadora mais pobre para manutenção de sua popularidade em detrimento de políticas que atendam efetivamente às necessidades da população com vistas à sua emancipação social. Essas inquietações fazem parte das análises de Souza (2009) sobre os estudos de O'Connor (1977), que enfatizam duas funções do Estado capitalista, quais sejam: a de acumulação (para manter ou criar

as condições de desenvolvimento das empresas privadas) e a de legitimação (voltada para manutenção da harmonia social). Nessa direção, no decorrer da implementação do Pronatec, apresenta-se a contribuição para o cumprimento dessas funções.

A relevância do desenvolvimento deste estudo consiste em considerar que a educação brasileira, assim com as demais políticas públicas, é permeada pela luta de classes e por disputas de interesses, como diria Dourado (2011). Nesse sentido, cabe avaliar as políticas públicas e, no caso em específico o programa, por isso avaliou-se a implementação do Pronatec para verificar se o que foi anunciado foi alcançado e como foi alcançado. A partir daí, analisou-se as consequências sociais e políticas, ou seja, as implicações de se ter (ou não) alcançado o que havia sido proposto como meta oficial na formulação do Programa. Assim, a avaliação da implementação do Pronatec contribuiu para uma análise aprofundada do Programa, como forma de ampliar o debate acerca da dualidade estrutural da educação brasileira.

Diante da problemática apresentada, a avaliação da implementação do Pronatec teve as seguintes questões de pesquisa: a estrutura organizacional, político-social e ideológica de implementação do Pronatec e sua trajetória, desde a sua formulação, em 2011, até 2017, tem atendido os objetivos e metas propostos na sua formulação? Quais as consequências sociais e políticas do alcance ou não dessas metas?

Frente a essas questões, foi desenvolvido o seguinte objetivo geral: realizar uma avaliação de processo do Pronatec, tendo como referência a estrutura organizacional, político-social, ideológica e da trajetória do programa, bem como da valoração do cumprimento de seus objetivos e metas e das consequências sociais e políticas da implementação do Programa.

No que diz respeito aos objetivos específicos, buscou-se: apreender o contexto político, social e econômico em que tem sido implementado o Pronatec; investigar a trajetória da implementação do Pronatec, por meio da sua estrutura organizacional, político-social e ideológica; valorar o alcance ou não das metas e objetivos oficiais previstos do Programa; e problematizar as consequências sociais e políticas do alcance ou não das metas do Programa.

2 PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO

No desenvolvimento da pesquisa, predominaram três tipos de literatura: do ponto de vista do método, fundamentamo-nos no método dialético marxista; No tocante ao campo de estudo, situou-se o Pronatec nas políticas públicas, particularmente na política de educação profissional e, considerando o atual momento do Programa, também foi referenciada a literatura acadêmica que trata do ensino médio. Além disso, utilizou-se a fundamentação teórica da avaliação de processo de políticas públicas.

Para Costa e Castanhar (2003), a avaliação de processo requer os desenhos dos fluxos e processos de programa, o que remete para trajetória de implementação do Pronatec. Esses autores citam Scheirer (1994, 983) para colocar que a avaliação de processo “pode ser definida como a maneira de identificar o verdadeiro conteúdo de um programa público, se ele está sendo realizado como previsto”. Scheirer (1994) afirma a necessidade de, na avaliação de processo, se desenvolver métodos para buscar os motivos da existência de diferenças entre os objetivos (e intenções) do programa e os que são de fato realizados.

Assim, na pesquisa direcionou-se avaliação de processos para trajetória do Programa, por meio do conceito de trajetória de Bourdieu (1996) e também com base em Lukács (2003), principalmente quando ele afirma que o problema central do método dialético é a transformação da realidade e também quando ressalta o caráter da história, na relação sujeito objeto.

Também com fundamentação na literatura acadêmica de avaliação de processo, centrou-se nos dados de implementação do Programa, para elucidar se os objetivos e metas proclamados vêm sendo implementados. Além disso, acompanhou-se os processos internos do Programa, com vistas principalmente a desvelar as contradições do Programa, com base em Harvey (2016), Costa e Castanhar (2003) e no que Scheirer (1994) discute sobre as diferenças entre os objetivos (intenções) do programa e os que são realmente realizados.

Diante disso, a avaliação do Pronatec contemplou em linhas gerais dois níveis de análises: 1- A trajetória do Programa; 2- Aferição do cumprimento das metas e dos objetivos formais e oficiais do Programa. A luz do método dialético atentou-se “para o verdadeiro conteúdo” do Pronatec, como diriam Costa e Castanhar (2003), ou seja, para aferir se objetivos implícitos do Programa estão sendo alcançados.

As principais categorias de análise teóricas com base no método dialético foram: contradições (HARVEY, 2016) e transformações (LEVEFBRE, 2009).

Harvey (2016) reforça as ideias centrais de Marx e expõe as contradições que tencionam a materialidade da vida sob a égide do capital, apresentando as contradições fundamentais, as mutáveis e as perigosas. Para o autor, as contradições fundamentais referem-se ao funcionamento essencial do capital, sem as quais este não pode se reproduzir, cujos princípios são observáveis em qualquer época ou lugar. As contradições mutáveis, por sua vez, correspondem às que não são estáveis ou permanentes, mudando sempre de lugar. Por último, as perigosas seriam as que potencialmente poderiam conduzir à superação do capitalismo.

As contradições fundamentais são apresentadas por Harvey (2016) por meio dos seguintes pontos: valor de uso e valor de troca; o valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro; propriedade privada e o Estado capitalista; apropriação privada e riqueza comum; capital e trabalho; capital como processo ou como coisa; a unidade contraditória entre produção e realização.

Para as contradições mutáveis, o marxista destaca: tecnologia, trabalho e descartabilidade humana; divisões do trabalho; monopólio e competição: centralização e descentralização; desenvolvimentos geográficos desiguais e produção de espaços; disparidades de renda e riqueza; reprodução social; liberdade e dominação (HARVEY, 2016).

No que se refere às contradições perigosas, Harvey (2016) enfatiza: o crescimento exponencial infinito do capital, por meio de juros compostos; a relação do capital com a natureza; a revolta da natureza humana: alienação universal.

Pela natureza do Pronatec, as principais contradições percebidas nas análises estão ligadas às contradições fundamentais e mutáveis. Nas contradições fundamentais, destaca-se principalmente a discussão sobre a relação entre capital e trabalho, sobre a qual o autor explica que “é preciso que haja uma mercadoria capaz de criar mais valor do que ela mesma tem. Essa mercadoria é a força de trabalho, e é dela que o capital depende para se reproduzir” (HARVEY,

2016, p. 68). Nas contradições mutáveis, o enfoque destacado na pesquisa foi a da problematização do autor sobre a divisão do trabalho, ao enfatizar que,

As lutas por status dentro da divisão social do trabalho e pelo reconhecimento das qualificações, na verdade, são lutas por oportunidades de vida para o trabalhador e, como tal – esse é o cerne do problema –, por lucratividade para o capitalista. Do ponto de vista do capital, é útil, ou até mesmo crucial, que haja um mercado de trabalho segmentado, fragmentado e extremamente competitivo. Isso cria barreiras, à organização coerente e unificada dos trabalhadores (HARVEY, 2016, p. 114).

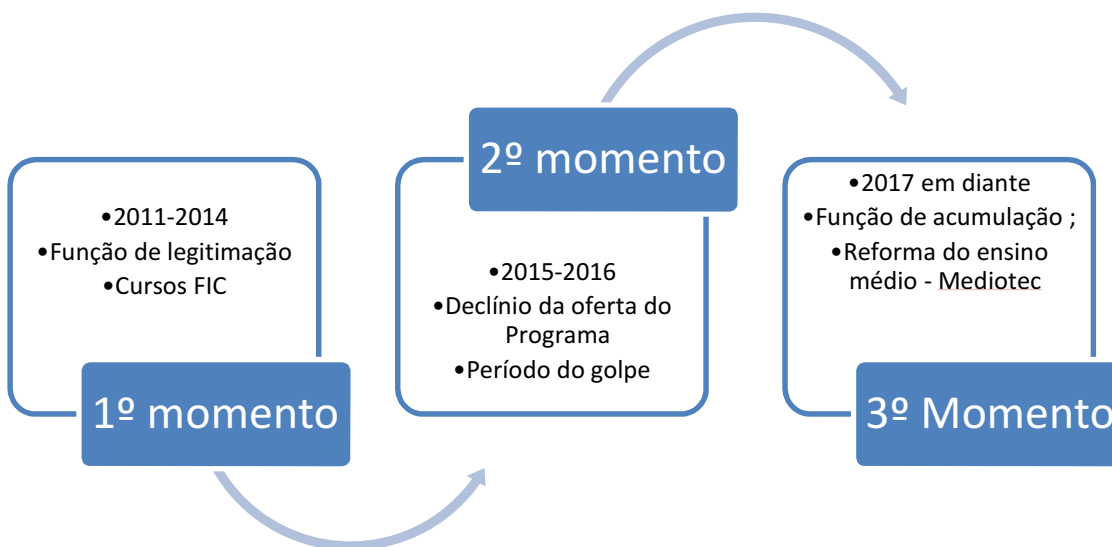
Frente às reflexões de Harvey (2016) ampliou-se a discussão sobre divisão social do trabalho e o processo de qualificação da força de trabalho, baseada no próprio Marx e em outros autores marxistas, para demonstrar o Pronatec como um Programa que contribui diretamente para reprodução do capital.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

A trajetória do Pronatec (2011-2017) ocorreu em três momentos de implementação e apresentou as principais características do atual período do capitalismo. O primeiro momento identificado compreende a data de criação do Programa até as eleições para a presidência da República em 2014. Nesse período, destaca-se a contribuição para o cumprimento da função de legitimação do Estado Capitalista, considerando principalmente a oferta majoritária dos cursos FIC, os quais possuem uma incidência irrisória dos concluintes no chamado mercado de trabalho. O segundo momento de implementação foi registrado logo após a reeleição da Presidenta Dilma Vana Roussef até o momento do início do Golpe com o impeachment (2015-2016), em que os dados de matrícula registram um declínio considerável na oferta do Programa. O terceiro momento ocorre de 2017 em diante, em que se observou uma maior intensificação das políticas neoliberais e a ênfase principal do Programa é a oferta do Mediotec (cursos técnicos) como base para a implementação da reforma do ensino médio, em que se ampliam os estímulos para a oferta do Pronatec em instituições privadas. Com isso, foi possível pressupor uma maior contribuição para a função de acumulação do Estado Capitalista.

A figura abaixo sintetiza os momentos de implementação do Pronatec:

Figura 01 - Os momentos de implementação do Pronatec



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No que se refere ao contexto social, político e econômico, o Pronatec foi criado e vem sendo implementado no atual período do capitalismo, em que se observa um direcionamento efetivo das políticas públicas para contribuir com a reprodução do capital. Nesse sentido, destaca-se uma maior intensificação do neoliberalismo e as várias dimensões da vida são entendidas como mercadorias. O Estado assume ações ainda mais focalizadas, o que contribui para intensificar a mercadorização de áreas como saúde, educação, segurança, entre outras. Além disso, destaca-se no cenário mundial o papel exercido pelos organismos internacionais para influenciar a forma de organização e de implementação das políticas públicas. Particularmente para Política de Educação, observa-se que esses organismos propõem um modelo de formação baseado no consenso e com vistas à coesão social, como destaca Leher (1999). Nesse quesito, enfatizou-se os cursos FIC do Pronatec, cuja centralidade deu-se principalmente no primeiro momento de implementação do Programa (2011 a 2014) e, ao possuírem uma incidência pequena na inserção dos sujeitos no chamado mercado de trabalho, cumpriram e cumprem um papel essencial na legitimação do Estado capitalista.

Os documentos oficiais do Pronatec permitem explicitar que a estrutura organizacional, político-social e ideológica relaciona-se as características centrais do capitalismo. Assim, o elemento principal dessa estrutura é o economicismo, fundado na oferta de formação predominante técnica, sem perspectiva de integração entre educação, trabalho, ciência e tecnologia. Sobre o público-alvo de atendimento no Programa, trata-se da população mais pobre economicamente, oriundos de escola pública e que em grande medida são beneficiários dos programas federais de transferência de renda. Com isso, reforça-se o que historicamente vem sendo colocado como modelo de educação para os mais pobres: uma formação voltada para atender as necessidades diretas de reprodução do capital, sejam elas na função de acumulação e/ou de legitimação.

Por meio dos dados de implementação da matrícula, recursos financeiros e instituições envolvidas, é possível afirmar que o Pronatec, no âmbito da Política de Educação, ampliou substancialmente a transferência de recursos públicos para as empresas privadas. Uma prova disso é que a organização que mais tem ofertado cursos pelo Pronatec tem sido o SENAI. Também ao implementar o Pronatec com a transferência de recursos públicos para as empresas privadas, o Estado capitalista brasileiro contribui diretamente para consolidá-las no mercado. Outro elemento que caminha nessa direção, que foi regulamentada com a Lei que criou o Programa, é o FIES (BRASIL, 2011, art.12º). Afirma-se que o FIES é outra forma de permitir que recursos públicos sejam injetados nas empresas privadas, contribuindo diretamente para a privatização da educação.

Ainda sobre a estrutura organizacional, político-social e ideológica, o Governo investe em Educação Profissional sem criar as condições necessárias para a garantia da continuidade das ações, tendo em vista que o Pronatec funciona por meio de contratos de trabalho temporário, com uma organização pedagógica e administrativa improvisada. Mediante esses elementos, o Governo se exime de estabelecer infraestrutura na rede pública de educação e favorece amplamente o chamado mercado de educação, porque o Estado contribui para ampliação das empresas privadas com o recebimento dos recursos públicos. Além disso, ao não garantir condições materiais efetivas para as escolas públicas, as escolas privadas são rotuladas como as melhores.

No sentido de situar a trajetória do Pronatec, considera-se de maneira geral as transformações que vem ocorrendo no processo de implementação do Programa. A trajetória de um Programa ou Política Pública é permeada por contradições, portanto, foi possível identificar elementos de um momento que também são identificados no outro. Os parâmetros mais importantes utilizados para classificação dos momentos da implementação referem-se às modalidades de cursos ofertados, matrículas, instituições ofertantes e as principais mudanças na implementação do Programa decorrentes do contexto político, social e econômico.

Por meio da pesquisa evidencia-se que o MEC não realizou uma avaliação sistemática do Pronatec que seja capaz de mensurar o cumprimento dos objetivos do Programa. O que se registram por esse Ministério são os quantitativos de matrículas, a lista das instituições ofertantes e dos municípios atendidos, como também a exposição da divisão de matrícula entre os cursos FIC e cursos técnicos. Dessa maneira, compreende-se que um Programa verdadeiramente comprometido com a qualidade social da educação e que assume nesses últimos 7 (sete) anos o principal destaque na política de educação profissional deveria desenvolver um acompanhamento mais efetivo dos dados de matrícula, conclusão dos cursos e possíveis inserções dos egressos no mundo do trabalho.

3 1 Situando os momentos de implementação do Pronatec

O primeiro momento de implementação do Pronatec, compreende a criação do Programa em outubro de 2011, por meio da Lei 12.513, e se estende até a reeleição da Presidenta nas eleições de outubro de 2014. Para esse momento, o MEC estabeleceu como meta ofertar 8 (oito) milhões de matrículas, todavia, para chegar a esse número, foram consideradas outras ações da educação profissional. Dessa maneira, essa meta de quantitativo de matrícula não foi plenamente cumprida e os dados disponíveis no painel do MEC demonstram que os cursos que são efetivamente do Pronatec (Bolsa formação) representaram 56% do total dessa meta. Outro

elemento evidenciado nesse período é a centralidade na oferta dos cursos FIC, que representou 72% conforme exposto pelo MEC e apresentado na tabela abaixo. Diante disso, dada a natureza dos cursos FIC, que compreendem uma formação mais rápida, com pouca fundamentação de preparo para o exercício de uma determinada profissão, o Governo buscou contribuir principalmente para a sua legitimação, favorecendo a popularidade para as eleições que ocorreram em outubro de 2014.

Tabela 01 - Quantitativo de matrículas do Pronatec.

ANO	Acordo de gratuidade sistema S	Bolsa formação	Brasil profissionalizado	E-tec	Expansão da Rede Federal	TOTAL
2011	494.928	23.180	83.370	37.089	138.370	776.937
2012	620.960	677.830	90.634	73.425	146.351	1.609.200
2013	703.458	1.660.261	93.799	115.166	133.550	2.706.234
2014	775.548	1.921.115	94.690	66.150	131.381	2.988.884
2015	534.454	297.282	81.500	100.614	138.008	1.151.858
2016	123.419	2.183	42.518	9.058	92.772	269.950
TOTAL GERAL	3.252.767	4.581.851	486.511	401.502	780.432	9.503.06

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados disponibilizados em: <http://painel.mec.gov.br/>

Um elemento que reforça a argumentação de que o Governo buscou popularidade por meio do Pronatec é que o ano de 2014 atingiu o ápice da oferta do Programa. Além disso, dados de auditoria realizada pelo TCU em 2016 e de estudo desenvolvido pelo Ministério da Fazenda apontaram a baixa incidência dos cursos FIC do Pronatec na inserção dos egressos no mercado de trabalho. Além disso, a abrangência da oferta dos cursos FIC acabou sendo superior as dos cursos técnicos nesse momento, por demandarem uma estrutura mais simples e por serem cursos rápidos, permitindo atender um quantitativo maior de pessoas no intuito de contribuir para a legitimação em massa do Governo, bem como a propagação do cumprimento da meta de oferta de 8 (oito) milhões de vagas.

Após a reeleição da Presidenta Dilma Vana Roussef e tomada de posse em 2015 até o ano de 2016, delinea-se o segundo momento de implementação do Pronatec. O aspecto mais marcante desse período é o declínio considerável da oferta do Programa conforme pode-se observar na tabela 2. A oferta do Programa de 2014 para o ano de 2015 foi reduzida a muito mais da metade da quantidade de matrículas (61% de redução) e em 2016 houve uma queda de 77% em relação ao ano anterior. Com os dados de matrícula de 2016, visualiza-se uma substituição da predominância dos cursos FIC pelos cursos técnicos, sendo esses últimos, diferentemente do período anterior, representantes de 53% da oferta do Pronatec. Apesar de a diferença aparentar ser pequena entre uma modalidade e a outra, destaca-se que houve uma considerável redução na oferta dos cursos FIC no quantitativo geral do período anterior (de 72% para 43%). Essa

constatação apresenta um resultado significativo porque infere-se que demarca a transição para o momento de implementação posterior. Para compreensão dessa transição, situa-se o conjunto de transformações que ocorreram no campo político e que culminaram em mudanças no Pronatec.

Tabela 02 - Matrículas do Pronatec por tipo de curso e por abrangência de municípios.

Ano	FIC	Variação % FIC	Técnico	Variação % Técnico	TOTAL
2011	500.530	***	276.407	***	776.937
2012	1.167.332	133%	441.868	60%	1.609.200
2013	2.020.004	73%	686.230	55%	2.706.234
2014	2.102.473	4%	886.411	29%	2.988.884
2015	702.517	-67%	449.341	-49%	1.151.858
2016	125.804	-82%	144.146	-68%	269.950
Total Geral	6618660		2884403		9503063

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados disponíveis em: <http://painel.mec.gov.br/>

Como parte importante dessas transformações apresenta-se o impeachment da Presidenta Dilma Vana Rousseff, a partir de alguns autores (JINKINGS, 2016; BOITO JÚNIOR, 2016; MOURA; LIMA FILHO, 2017; FERRETI; SILVA, 2017; entre outros), como um processo de golpe aos direitos dos trabalhadores, em que o neoliberalismo capitalista no Brasil amplia-se vigorosamente. Um exemplo concreto disso na Política de Educação, é que passados exatos 22 dias da posse de Michel Temer, este editou uma medida provisória (MP 746/2016) que depois se transformou em lei (Lei nº 13.415/2017), a qual estabeleceu vários retrocessos à política de educação, na perspectiva que fragiliza ainda mais a qualidade do ensino médio brasileiro.

É nesse cenário político de derrubada dos direitos dos trabalhadores que se situa o atual momento do Pronatec. O Programa aparece como forte aliado para implementação da Reforma do Ensino Médio, no itinerário formativo de formação técnica e profissional. Para tal, foi criado em dezembro de 2016 o Mediotec, que é entendido como um “braço direito do Pronatec”. Com a oferta dos cursos técnicos, o Mediotec foi anunciado pelo Governo como passo importante para acelerar o processo de mudanças da reforma do ensino médio e as chamadas parcerias público-privadas são as principais estratégias para implementação dos cursos do Mediotec. Por meio desses elementos, infere-se que, no atual momento do Pronatec, a principal função do Programa está relacionada a contribuir com a função de acumulação do Estado Capitalista, considerando a intenção de ampliar as transferências dos recursos públicos para instituições que ofertam o Mediotec, como também pela natureza dos cursos técnicos estarem mais relacionados ao atendimento dos setores produtivos, do que os cursos formação inicial e continuada de trabalhadores (cursos FIC).

Mediante ao apresentado sobre cada momento de implementação do Pronatec, o quadro a seguir sintetiza as principais contradições para permitir um melhor entendimento do resultado da avaliação:

Quadro 01: Principais contradições da implementação a partir das metas e dos objetivos oficiais do Pronatec.

OBJETIVOS E METAS OFICIAIS	PRINCIPAIS CONTRADIÇÕES
- Ofertar, até 2014, 8 milhões de vagas na educação/Ampliar a oferta de cursos de educação profissional;	- Para chegar ao número de 8 milhões de vagas, o Governo considerou ações da educação profissional que não faziam parte do Pronatec;
- Apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;	- Expansão das empresas: a maior parte dos recursos financeiros do Pronatec foi destinada ao Sistema S;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;	- Fragmentação do conhecimento com a reforma do ensino médio;
- Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores;	- Diminuição da oferta de cursos integrados para os trabalhadores, a exemplo do PROEJA;
- Estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda;	- Oferta majoritária de cursos FIC no primeiro momento de implementação do Programa que não formam para o mercado de trabalho;

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os objetivos sintetizados no quadro estão descritos no artigo 1º da Lei de criação do Programa (BRASIL, 2011). As contradições da implementação emergiram na dimensão da avaliação voltada para aferição do cumprimento das metas e objetivos do Programa. Constatamos que a proposta explícita de ampliação da oferta de educação profissional apresentou como resultado uma formação para o consenso, que se alia a função de legitimação do Estado Capitalista. Por meio dos dados da auditoria de 2016, o TCU identificou que o MEC assumiu como indicador principal do Programa o número de matrículas, desconsiderando os resultados efetivos do Programa para a mudança na qualidade de vida dos sujeitos atendidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da proposta de ampliar a educação profissional, compreende-se que o norte central do Programa é formar para a empregabilidade, ou seja, formar para “modelização da consciência” (GENTILLI, 1999). Entende-se que objetivo da ampliação da oferta da educação profissional com o

Pronatec, na intenção de ofertar 8 milhões de vaga esteve diretamente ligado a qualificar as pessoas para o desemprego, ou seja, na verdade a qualificação aparece como uma estratégia para a garantia da harmonia social.

Nessa mesma direção, o objetivo de articular a política de educação profissional com as políticas de geração emprego (BRASIL, 2011, art. 1º, inciso VI) apresenta várias fragilidades, porque de acordo com os dados do TCU da auditoria de 2016, há um distanciamento entre os cursos FIC ofertados pelo Pronatec e as estimativas da dinâmica de mercado de trabalho. Os cursos são ofertados em ocupações com “baixo estoque e/ou com baixo índice de contratação” e para aquelas ocupações entendidas com maior potencial de inserção no mercado de trabalho, não há oferta de vagas (BRASIL, 2016, p. 12). Com isso destaca-se que ao invés de formar para o mercado de trabalho, o Pronatec tem contribuído para ampliar o mercado de educação, predominantemente no primeiro e segundo momento de implementação do Programa. No terceiro momento, inferimos que o Programa, com a ampliação da oferta dos cursos técnicos, também contribuirá para inserção desses estudantes no mercado de trabalho.

Ao se propor formalmente a contribuir para melhoria da qualidade do ensino médio brasileiro (BRASIL, 2011, art. 1º, inciso III), o Pronatec apresentou um conjunto de fundamentos que estão postos na Reforma do Ensino Médio: acirramento da dualidade educacional, oferta da educação por meio das parcerias público-privadas, concepção de educação com base na fragmentação do conhecimento, formação voltada para os setores produtivos, entre outros. Nesse quesito, afirma-se que as implicações da implementação do Pronatec apresentaram como resultado uma transformação no currículo do ensino médio a qual, em vez de contribuir para a melhoria da qualidade da educação, apresenta uma concepção de formação que aumentará ainda mais as discrepâncias entre educação pública e educação privada. Mediante isso, evidencia-se a necessidade de outros estudos que estejam voltados para a implementação do Mediotec e também para execução da Reforma do Ensino Médio nos próximos anos, com o intuito de desvelar os efeitos dessas transformações.

5 REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BRASIL. Lei nº 12.513, de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm. Acesso em: jan. 2018.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020):** avaliação e perspectivas. Goiânia: UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas do final do século. Petrópolis, RJ:Vozes, 1998.

HARVEY, David . **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

KUENZER, Acacia. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 887-910, out. 2006.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro Revista**, São Paulo, nº 3, p. 19-30, 1999.

LUKÁCS, Goerg. **História e consciência de classe:** estudos de dialética marxista. Porto: Publicações Escorpião, 2003.

MARX, Karl. **O capital.** 3 ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Ano 23, Vol. 2, 2007.

O'CONNOR, J. **USA, a crise do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAMOS, M. N. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **Ensino médio:** ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462005000200002. Acesso em: fev. 2014.

SOUZA, Lincoln Moraes de. A agenda e as agendas no Brasil. **Cronos**, Natal, v. 7, n. 1, p. 79-101, jan./jun. 2006.